

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INEP-CBPE-DAM

A OPERAÇÃO-ESCOLA E A MELHORIA DO ENSINO PRIMÁRIO BRASILEIRO

1. A Operação-Escola em face à situação atual do ensino

Considerando o panorama geral do ensino primário brasileiro (1), verifica-se que este é deficiente em termos de quantidade, seletivo, mal orientado e que poderia aproveitar mais eficientemente os recursos que lhe são destinados.

Levando em conta a relação existente entre os padrões educacionais alcançados por uma nação e o seu desenvolvimento econômico e social, conclui-se que medidas de caráter urgente e inadiável têm de ser tomadas no sentido de elevar o nível de nosso ensino primário.

Consciente da gravidade e importância do problema e tendo em vista solucioná-lo a curto prazo, na medida do possível, o Governo Federal, para o período correspondente a 1968-1970, planejou executar a Operação-Escola, pela qual se fará cumprir a obrigatoriedade escolar dos 7 aos 14 anos, em nível primário, nas capitais dos Estados e nas cidades de maior desenvolvimento sócio-econômico, ao mesmo tempo em que se empreende uma reformulação do ensino primário.

Essa medida é essencial, pois, além de se assegurar às crianças em idade escolar o direito de estudar, deve-se fornecer-lhe um atendimento adequado, sem o que estarão comprometidos os objetivos básicos do plano em causa. Por essa razão, mesmo nas soluções propostas tendo em vista a expansão da rede escolar e a ampliação do quadro docente, deve-se ter presente a idéia de que a qualidade da educação a ser fornecida é aspecto essencial nas várias etapas da Operação-Escola, desde seu início em 1969.

A quantidade poderá, pois, ser visada até um certo ponto, além do qual a baixo do nível qualitativo mínimo afetará os resultados da expansão da rede escolar, tornando inócuas e, muitas vezes, prejudiciais, as medidas tomadas para o aumento de matrículas. Providências que visem a uma rápida expansão quantitativa, antes de serem adotadas, devem ser apreciadas do ponto de vista dos efeitos que venham a ter.

(1) Cerca de 1/3 das crianças em idade escolar não frequenta a escola; o índice de evasão é de, no mínimo, 34% dos alunos de nível primário estão na 1ª série escolar; o custo do aluno-ano aprovado é, em média, de 242% do custo do aluno; havia em 1964 cerca de 44% de leigos no Brasil e seu número aumenta ano a ano.

Em Educação lidamos com seres humanos - alunos, professores - e seres humanos reagem às vezes de maneira diferente da que prevemos. As experiências em pequenos grupos permitem estudar essas reações e a maneira de atuar para evitar, por ação preventiva ou corretiva, as que sejam desfavoráveis.

A melhoria qualitativa, por sua vez, tem reflexos quantitativos. Se melhoramos a qualidade da educação, essa medida terá repercussões sobre o fluxo das crianças através da escola. Se, de 5 milhões de crianças da primeira série, promovermos à 2^a série apenas a metade, teremos 2 milhões e meio de repetentes de 1^a série, que ocuparão vagas desta série no ano letivo seguinte. Se, neste ano, só tivermos 5 milhões de vagas e 3 milhões e meio de candidatos novos e a somar àqueles 2 milhões e meio de repetentes, um milhão de crianças ficará sem escola ou precisaremos construir cerca de 14.300 salas.

Se promovêssemos 70% dos alunos de 1^a série - índice muito razoável, pois os países avançados promovem mais de 90% - teríamos apenas 1 milhão e meio de crianças repetentes a somar aos 3 milhões e meio de candidatos a ingressar na escola. Aumentando o rendimento das demais séries, as crianças seguiriam naturalmente através dos anos escolares e diminuiria a necessidade da construção de novas salas de aula.

O esforço pela melhoria qualitativa reflete-se no atendimento quantitativo, evitando o perigo de deterioração da escola. As verbas aplicadas na construção de salas de aula e no pagamento a novos professores podem, muitas vezes, ser empregadas com vantagem em medidas qualitativas. Ampliação da rede escolar e reformulação do ensino são fatores interdependentes, que conduzem a um atendimento adequado e ambos devem ser considerados quando da realização de cálculos para aumento do número de vagas.

2. Sugestões de Prioridades para as Medidas Quantitativas Propostas

No quadro seguinte, apresentamos as medidas propostas para a expansão quantitativa dos sistemas de ensino. Trata-se de soluções provisórias, para o ano de 1969, a serem evitadas logo que as construções necessárias, iniciadas em 1968 e 1969, estejam concluídas de modo a atender não apenas às crianças que se encontrem fora da escola, mas as que se acham em escolas de 3 turnos, ou em escolas necessitando de reparos.

SUGESTÕES PARA EXPANSÃO DA MATRÍCULA - REPERCUSSÃO SOBRE A QUALIDADE DO ENSINO

SOLUÇÕES PROPOSTAS	AUMENTO DE VAGAS QUE PODERÁ ACARREJAR	CONDIÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO	VANTAGENS OU DESVANTAGENS
1. Aumento do efetivo das turmas para 35-36 alunos.	20% por turma com 30 alunos. Maior porcentagem, se aplicado a turmas menores.	Haver turmas com efetivo menor	Estudos da UNESCO revelam que a expansão da matrícula aumentando o tamanho das turmas até 35-36 alunos não traz efeitos muito desfavoráveis sobre o rendimento. Isso não ocorrerá, porém, se o espaço disponível for reduzido, impedindo a necessária movimentação da classe.
2. Rodízio	De 11% a 20%	Só deve ser usado caso a primeira solução não resolva o problema.	Afeta a qualidade do atendimento dado pela escola. As turmas nômades não têm salas de aula próprias; não dispõem de lugar para a guarda de material; os professores ficam impossibilitados de formar, nos alunos, hábitos e atitudes desejáveis e de utilizar vários recursos de ensino. Torna-se difícil a limpeza da escola.

SOLUÇÕES PROPOSTAS	AUMENTO DE VAGAS QUE PODERÁ ACARREAR	CONDIÇÕES PARA IMPLANTAÇÃO	VANTAGENS OU DESVANTAGENS
3. Regime de três turnos.	De 21% a 50%	<p>Ser aplicado apenas a escolas que funcionam em 2 turnos. Ser instituída como carga horária mínima aceitável - 20 horas semanais ou 800 anuais - para as turmas submetidas ao regime, com aulas 5 ou 6 dias por semana e, se necessário, redução do período de férias. Horários sugeridos:</p> <p>a) 7h às 11h, 11h às 15h e 15 às 18h, 5 dias por semana (exceto o último grupo que, no dia de folga dos demais teria 5 horas de trabalho escolar);</p> <p>b) 7h às 11h30m, 10h30m às 14h, 14h às 17h30m, 6 dias na semana.</p> <p>Havendo pátio na escola, os dois primeiros grupos poderão permanecer mais 30 minutos na escola, após a aula e o 3º entrará 30 minutos mais cedo para atividades de recreação.</p>	<p>Conduz a que a escola se limite a fornecer instrução.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sacrificia o grupo de professores e crianças do 2º turno, que não têm oportunidade de almoçar em horário razoável, caso se dêem 3h30m de aula, por dia. - Desperdiça o tempo de trabalho de professores que recebem, por 3h30m, salário de 4 horas e meia.
4. Classes de cooperação.	<p>Na Guanabara, onde os chefes de distritos educacionais foram encarregados do trabalho, reduziu num aumento de 50%.</p>	<p>Obter, pró. do local onde há crianças sem escola, local com as condições desejáveis.</p>	<p>Muitas vezes a Administração é obrigada a fazer adaptações, construir sanitários, colocar bebedouros que - sendo tal solução provisória - vem a perder mais tarde.</p>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INEP-CEPE-DAM

OPERAÇÃO-PRODUTIVIDADE
MELHORIA DOS CRITÉRIOS DE PROMOÇÃO

I - Introdução

Entre as medidas propostas visando ao aumento de produtividade do ensino primário brasileiro - o que será conseguido se os educandos receberem um atendimento de mais alta qualidade - aparece a melhoria dos critérios de promoção.

Na estratégia para a consecução da medida referida, figura a realização inicial de uma prova, a ser aplicada na 2^a quinzena de novembro de 1968, a todos os alunos de 1º ano primário, da rede escolar pública das capitais dos Estados.

Os objetivos dessa prova são:

. permitir uma comparação entre as percentagens de promoção do 1º ao 2º ano, obtidas segundo os critérios habituais de promoção nos vários Estados, e as percentagens que seriam conseguidas se a referida prova fôsse adotada para decidir da promoção dos alunos.

. oferecer subsídios - por meio de um questionário que será completado pelo professor de cada turma - para um estudo sobre os fatores que influem na produtividade do ensino, a saber - preparo do professor, método de alfabetização usado, material utilizado, carga horária etc.

II - Hipótese levantada

Se a prova organizada pelo INEP servir como critério de promoção, deverá haver um aumento considerável do número de alunos promovidos do 1º ao 2º ano.

III - Razões que justificam a hipótese levantada

Os currículos e programas de curso primário são, de um modo geral, extensos, mal dosados, não levando em conta as condições da criança e a carga horária disponível.

As provas de promoção habitualmente organizadas, além de estarem calcadas nos ambiciosos programas existentes (1), envolvem questões de grande dificuldade, inadequadas às condições das crianças e ao fim em vista, que é decidir sobre a promoção de ano escolar.

Em muitos Estados, crianças já alfabetizadas são mantidas no 1º ano em decorrência do tipo de prova e do critério de promoção adotados.

Êsses fatos concorrem para o alarmante número de alunos não promovidos ao 2º ano.

Na prova organizada pelo INEP, as questões apresentadas visarão a medir os conhecimentos que sejam realmente indispensáveis para que o aluno possa continuar os estudos na série imediata, atendendo-se ao desenvolvimento psicológico da criança na estapa escolar em que se encontra. Dêsse modo, sendo

(1) Os programas brasileiros pedem na 1^a série o que países mais adiantados pedem na 2^a série, na 4^a o que é pedido na 6^a e assim por diante, devendo ser lembrado o fato de que a nossa carga horária é inferior à daqueles países.

os critérios de promoção mais racionais e adequados, trarão como consequência uma elevação do número de aprovações de 1º para 2º ano, o que corresponde à hipótese levantada.

Experiência nesse sentido foi realizada na Escola Guatemala, onde, em novembro do ano em que a mesma passou a ser escola experimental do INEP, no Rio, os alunos que estavam cursando o 1º ano foram submetidos a uma prova organizada por esse Instituto, nos moldes da que está prevista na Operação-Produtividade. Os referidos alunos prestaram, também, os exames de fim de ano do Estado da Guanabara. A taxa de promoção do 1º ao 2º ano, segundo a prova do INEP, foi 17% superior à que seria obtida se o critério adotado tivesse sido o daquele Estado (1). Tais crianças, promovidas ao 2º ano, seguiram normalmente os estudos. No fim do 2º ano, pelos exames do Estado, houve uma aprovação de 89%, tendo sido, no entanto, todas as crianças promovidas ao 3º ano, de acordo com o critério do INEP. Ao fim dos 5 anos de curso, submetidas aos exames estaduais, a taxa de aprovação foi de 100%.

IV - Apreciação do custo da prova em termos de investimento

A situação verificada em 1965 foi a seguinte:

Nº de alunos de 1º ano matriculados (ao fim do ano letivo de 1965)(2) nas capitais	Nº de alunos aprovados	% de aprovação
Em escolas de 2 ou +prof ^{es} - 631.683		
Em escolas isoladas - 34.773		
Total	384.779	57%(aproximada)

A - Se tivesse havido um aumento da taxa de promoção de 57 para 68%, a situação seria:

Nº de alunos que teriam sido aprovados	Nº de alunos que teriam sido aprovados a mais
453.190 (ao invés de 384.779)	68% de aprovações 453.152 Nº de alunos realmente aprovados 384.779 Diferença 68.373

Esses 68.373 alunos, não tendo sido promovidos, constituíram no ano seguinte grande número de turmas de 1º ano, exigindo professores para regê-las, o que acarretou nova despesa, representando a anteriormente feita o que os economistas denominam "perda". Assim:

Nº de turmas(3)	Nº de professores	Despesa (4)
2.279	2.279	NCr\$ 2.279.000,00

- (1) A taxa de promoção, pelo critério do Estado, foi de 54% e de acordo com o INEP - 71%.
- (2) Os dados apresentados referem-se a 1965, por não existirem outros mais atualizados.
- (3) Numa base de 30 alunos por turma.
- (4) Considerando-se apenas a despesa com o pagamento de professores e supondo-se que estes recebam NCr\$ 1.000,00 anuais (NCr\$ 83,00 por mês).

Estabelecendo uma comparação entre custos da prova e despesas de correntes da reprovação dos 68.373 alunos em causa, tem-se:

Custo provável da prova (aos preços atuais)	Despesa decorrente da reprovação dos 68.373 alunos referidos	Diferença a favor da prova
Impressão - NCr\$ 105.000,00		
Apuração - NCr\$ 45.000,00		
Total - NCr\$ 150.000,00	NCr\$ 2.279.000,00	NCr\$ 2.129.000,00

Conclusão - Mesmo com o alto custo da prova, tal investimento teria sido, largamente compensado, pois permitiria uma retribuição imediata da quantia investida (1419%).

B - Se fôsse feita a previsão de um aumento de 18% da taxa de promoção, que passaria a ser de 75%, a situação seria:

Nº de alunos que teriam sido aprovados	Nº de alunos que teriam sido aprovados a mais
499.842 (ao invés de 384.779)	75% de aprovações 499.842 Nº de alunos realmente aprovados 384.779 Diferença 115.063

Êsses 115.063 alunos não promovidos ao 2º ano recomeçaram o trabalho do ano anterior e isto acarretou a seguinte perda:

Nº de turmas	Nº de professores	Despesa
3.835	3.835	NCr\$ 3.835.000,00

Comparando-se os custos da prova e as despesas decorrentes da reprovação dos 115.063 alunos em causa, tem-se:

Custo provável da prova	Despesa decorrente da reprovação dos 115.063 alunos referidos	Diferença a favor da prova
Impressão - NCr\$ 105.000,00		
Apuração - NCr\$ 45.000,00	NCr\$ 3.835.000,00	NCr\$ 3.685.000,00
Total NCr\$ 150.000,00		

Conclusão - Se pela prova tivessem sido aprovados 75% dos alunos de 1º ano, ao invés de 57%, o investimento com a prova teria tido a retribuição imediata de 2456%.

C - Se o investimento com a prova fôr realizado em 1968, será ainda mais compensador.

De 1964 a 1965 a taxa de aumento da população escolar de 1º ano foi de 11%. Aplicando-se essa taxa como acréscimo anual da matrícula no 1º ano, de ve-se ter, em 1968, nesta série escolar, cerca de 880.000 crianças.

Na maioria dos Estados, o salário do professor é muito mais alto do que o tomado como base para os cálculos feitos. Nesses cálculos não foram incluídas despesas indispensáveis, como as referentes à compra de material, a serviços técnicos e administrativos etc.

O custo da prova - envolvendo impressão, transporte, apuração, a valiação dos fatores que estão influenciando na taxa de reprovação - importa em cerca de NCr\$ 200.000,00.

Assim:

- sem a aplicação da prova, se a taxa de aprovação for igual à de 1965 (57%, haverá 501.600 alunos promovidos ao 2º ano)
- com a utilização da prova, se a taxa de aprovação passar para 68%, serão aprovados, no 1º ano, 598.400 alunos.

Adotada a segunda alternativa, haverá mais 96.800 alunos promovidos ao 2º ano, o que, em termos de número de turmas, significa a formação de menos 3.226 classes de 1º ano, e em termos de pagamento de salário, representa uma economia de NCr\$ 3.226.000,00 (1), quantia esta que teria de ser novamente despendida com professores de 1º ano, se os 96.800 alunos referidos não tivessem sido promovidos ao 2º ano.

Conclui-se, pois, que, se a prova traz uma despesa de NCr\$ 200.000,00 e proporciona uma economia de NCr\$ 3.226.000,00, representa um investimento de NCr\$ 3.026.000,00 (1513%).

Tal investimento seria ainda melhor se, com a prova, a taxa de aprovação passasse a ser de 75%.

Com essa taxa, haveria mais de 158.400 alunos promovidos ao 2º ano, evitando-se a formação de 5.280 turmas de 1º ano e a despesa de NCr\$ 5.280.000,00 com o pagamento de professores.

A diferença entre a despesa com a prova (NCr\$ 200.000,00) e a economia obtida no pagamento de professores (NCr\$ 5.280.000,00) seria de NCr\$ 5.080.000,00, representando a prova um investimento da ordem de 2540%.

Talvez se objete que a despesa a ser realizada com o pagamento dos professores não representa real economia, pois os alunos - promovidos ou não - continuarão na escola, sendo a única diferença a de que o pagamento de salário será feito a professores de 2º ano e, não, de 1º.

Sem falar em outras vantagens trazidas pelo aumento do número de alunos aprovados, o que será tratado em seguida, é preciso não esquecer que esses alunos permanecerão menor número de anos na escola, pois a repetência baixará, e, assim, ao fim do curso, ao deixarem a escola terão representado um custo menor.

Além disso, convém lembrar que qualquer despesa que possa ser feita apenas uma vez, para que se atinja a um fim em vista, se for realizada duas ou mais vezes constitui perda do capital empregado e desperdício.

V - Apreciação da prova em termos de outras vantagens que apresenta

Além de representar um critério de promoção mais adequado, de permitir uma aplicação mais racional dos investimentos em educação, a aplicação da referida prova envolve outros aspectos de valor não menos ponderável.

(1) Mantendo-se, ainda, a base de salário mensal do professor na ordem de NCr\$ 83,00.

Assim, destacamos:

. as repercussões humanas e sociais decorrentes da aprovação de um número maior de alunos;

. o atendimento à demanda de vagas, que será conseguido pela normalização do fluxo escolar através das várias séries (1).

VI - Medidas, propostas na Operação-Produtividade, que têm correlação com a aplicação da prova

Já em 1968 serão feitas sugestões de programas mais adequados para o 1º e 2º anos do curso primário e, a partir de 1969, procurar-se-á elevar a qualidade do trabalho docente e apresentar sugestões para reformulações dos programas das demais séries escolares.

(1) Só ao fim de 4 anos da utilização de critérios adequados de promoção é que haverá aumento geral do número de vagas nas escolas primárias.

Em muitas escolas haverá, por exemplo, no ano em que começar a ser adotado o critério em causa, um maior número de turmas de 2º ano, por se ter elevado a taxa de aprovação do 1º ano ao 2º ano, mas as vagas para 1º ano ainda serão decorrentes do número de alunos que tiverem acabado o curso e saído da escola.

OPERAÇÃO-ESCOLA

Meta geral - Elevação do nível de atendimento do ensino primário brasileiro, com a expansão quantitativa dos sistemas escolares e o aumento de produtividade do ensino primário.

OPERAÇÃO - PRODUTIVIDADE

I - Aplicação do conceito de produtividade à educação

A produtividade em educação permite que esta se torne fator ponderável para o desenvolvimento econômico e social do país, proporcionando aos educandos uma formação desejável, tendo em vista os objetivos sociais, políticos e econômicos nacionais.

A formação adequada, que vai sendo oferecida aos indivíduos, permitirá que eles tenham melhores condições de satisfazer suas necessidades e aspirações pessoais, colocadas as mesmas num nível mais alto.

O aumento da produtividade em educação se traduz por um fluxo mais rápido das crianças escolarizadas, a par da formação, pela escola, de produtos de melhor nível de qualidade, isto é, formados em termos dos objetivos amplos da educação e adequados às necessidades sociais e econômicas.

II - Produtividade atual do ensino primário brasileiro

O nosso ensino primário apresenta condições baixíssimas de produtividade. Assim: cerca de 1/3 das crianças em idade escolar não frequenta a escola; o índice de evasão é de, no mínimo, 34%; 50% dos alunos de nível primário estão na 1ª série escolar; o custo do aluno aprovado corresponde a duas vezes e meia, em média, o custo do aluno-ano.

III - Causas da baixa produtividade do ensino primário

Tais causas são múltiplas e complexas e, entre elas, destacamos:

- os currículos e programas de curso primário são extensos, mal dosados, não levando em conta as condições da criança e a carga horária disponível
- os sistemas de promoção exigem padrões demasiado elevados
- os professores, de um modo geral, não têm preparo conveniente.

IV - Soluções propostas

A. Considerações preliminares

Vivemos numa sociedade democrática e um dos princípios básicos desse regime é o da igualdade de oportunidades para todos, de forma que cada indivíduo tenha a possibilidade de se desenvolver ao máximo, dentro de suas capacidades.

Sendo os indivíduos diferentes uns dos outros, não é possível fixar uma quota de conhecimentos a serem dominados, indistintamente, pelos alunos, sem levar em conta as variações de inteligência, aptidão, interesses, necessidades.

Assim, a primeira condição de um sistema democrático de ensino é ser flexível, principalmente em relação a programas e métodos.

Nossos programas são, geralmente, únicos, por série escolar, em cada Unidade da Federação. São, além disso, ambiciosos: pedem na 1ª série o que países mais adiantados pedem na 2ª série, na 4ª o que é pedido na 6ª e assim por diante (1), devendo ser lembrado o fato de que a nossa carga horária é inferior à daqueles países.

As provas não medem o essencial, são demasiado exigentes, detendo-se em minúcias inúteis.

Essas duas condições destroem a flexibilidade da educação que é oferecida a nossos alunos, dando como resultado que a proporção entre os que cursam o 4º ano e os alunos de 1º seja, em média, de 16%, quando deveria ser de mais de 80% (100% - taxa de aumento da população escolar em 4 anos) (2). Levando em conta que apenas 16% das crianças têm inteligência abaixo da média (3), se mais do que essa percentagem é reprovada, ou considerada deficiente e necessitando de recuperação, o ensino não está sendo adaptado às condições das crianças, nem atendendo às diferenças individuais.

Pelo exposto, verifica-se que é urgente e inadiável uma reformulação do ensino primário. Considerando as deficiências técnicas desse ensino, julgamos que as soluções propostas devem basear-se nas condições existentes, para elevá-las gradual e controladamente.

(1) V. "Serão adequados os programas brasileiros de curso primário?" trabalho apresentado pelo INEP na III Conferência Nacional de Educação.

(2) Essa taxa foi, para o período 1962-1965, de 18%

(3) O esperado seria que apenas esses 16% não concluíssem os 4 anos de curso primário em 4 anos, mas acontece justamente o contrário: 84% não concluem o curso em 4 anos, o que é conseguido apenas pelos 16% mais bem dotados.

B - Providências

- 1 - Reforma de programas no sentido de se adaptarem às condições das crianças; proposição de programas diversificados para atenderem às diferenças individuais. Estudo experimental desses programas.
- 2 - Mudança das provas no sentido de que meçam o essencial e atendam ao desenvolvimento psicológico da criança em cada etapa escolar.
- 3 - Abolição da divisão do 1º ano, que leva à baixa de produtividade da escola (V. quadros 1 a 4).
- 4 - Mudança da mentalidade do professor para que aceite a mudança, integrando-se à Operação-Produtividade.
- 5 - Incentivo ao professor, premiando-o pelo aumento da produtividade, inclusive com estímulos financeiros.
- 6 - Organização de turmas por idade dentro da série escolar. Adotando como primeiro critério a série e como segundo a idade, encaminhamento para a
- 7 - Promoção mais flexível.

É importante a seqüência em que tais medidas serão tomadas. A mudança do sistema de promoção, por exemplo, deve ser precedida da reformulação de currículos, programas e provas e do preparo do professor, pois, do contrário, não atingirá os objetivos a que se propõe. Estudos realizados sobre os resultados obtidos em Estados, que mudaram seu sistema de promoção sem aqueles cuidados prévios, revelaram que o tempo médio que as crianças levaram para chegar à 4ª série foi o mesmo despendido pelos alunos de outros Estados não sujeitos à promoção flexível; não se verificou, pois, o avanço ou o fluxo mais rápido das crianças através dos níveis de ensino, que é um dos objetivos desse tipo de promoção.

As medidas propostas, que devem ser adotadas em cada Unidade da Federação, atendendo às condições que lhes são peculiares, contarão com a colaboração do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos nos seguintes aspectos:

- 1 - preparo de líderes para instituir a reformulação do ensino e avaliar, a cada passo, os resultados obtidos
- 2 - apresentação de sugestões e auxílio prático na elaboração de currículos, programas (1) e provas e no preparo de pessoal
- 3 - realização de pesquisas a curto prazo sobre os pontos críticos a serem atacados nas várias medidas a serem tomadas
- 4 - apresentação de trabalhos e experiências já vividas nas escolas experimentais do INEP

(1) O INEP está estudando programas de 10 países dos mais desenvolvidos do mundo.

5 - estudos sobre construções escolares - localização, adequação de condições, custos.

V - cronograma das atividades a serem desenvolvidas até dezembro de 1969

Período	Atividade
Agosto e Setembro de 1968	<p>Levantamento, pelas Secretarias de Educação, de dados relativos às capitais das várias unidades federadas. Esses dados, que deverão ser enviados ao INEP, são:</p> <ol style="list-style-type: none">1 - número de alunos de 1ª série que estão cursando, no ano corrente, escolas públicas primárias, distinguindo novos e repetentes, discriminados estes últimos pelo número de anos que estão cursando a escola2 - programas atuais do curso primário
Agosto a Outubro de 1968	<p>Preparo, pelo INEP, de uma prova-diagnóstico a ser aplicada a todos os alunos de 1º ano da rede escolar pública das capitais brasileiras. Objetivo da prova: oferecer subsídios para um estudo sobre os fatores que influem na produtividade do ensino - tipo de professor, métodos de alfabetização usados, material utilizado, carga horária etc.</p>
Novembro e Dezembro de 1968	<p>2º levantamento de dados, a ser feito pelas Secretarias de Educação estaduais, que os enviarão ao INEP:</p> <ol style="list-style-type: none">1 - exemplares das provas de promoção do 1º e 2º ano, que forem aplicadas, em fins de 1968, em cada cidade atingida pela Operação-Produtividade2 - resultados dessas provas: percentagem geral de promoção dos alunos ao 2º ano e a outros tipos de 1º ano, se houver, e percentagens gerais de aprovação por matéria
A partir de Outubro de 1968	<p>Preparo intensivo de líderes para dirigirem e avaliarem a reforma em seus Estados de origem (cursos de 1 a 2 meses cada, no INEP).</p> <p>Preparo de elementos que se encarregarão do aperfeiçoamento de diretores e professores em seus Estados de origem.</p>

Período	Atividade
Fevereiro de 1969	Sugestões, pelo INEP, de critérios mais convenientes de promoção de 1º ao 2º ano, de programas para 1º e para 2º ano e de tipos de organização de turmas dos referidos anos escolares.
De março a dezembro de 1969	Assistência técnica, fornecida pelo INEP, às cidades envolvidas na Operação-Produtividade, para acompanhamento, adequação e avaliação do plano.

O cronograma das atividades, a serem desenvolvidas a partir de janeiro de 1970, será estabelecido posteriormente, em função das condições de cada uma das Unidades da Federação.

A reformulação a ser empreendida em 1969 atingirá os alunos de 1º e 2º anos, dos pontos de vista de organização de turmas; de adequação de programas e de critérios de promoção; de orientação ao professor. Em 1970, deverá atingir, nos mesmos aspectos, os alunos de 3º e 4º anos.

Serão considerados, ainda, outros problemas: programas para a 5ª e 6ª séries primárias; programas para uma escola integrada de 8 anos; entrosamento entre os cursos primário e médio, levantamento das atividades de trabalho que podem ser exercidas por egressos do curso primário, mediante preparo em serviço, levando-se em conta as necessidades do mercado de trabalho.

Tal reformulação, desenvolvida ano a ano, considerando a situação de cada Estado, em caráter experimental, sujeita a avaliações periódicas, permitirá que, em pouco tempo, o ensino primário eleve a sua produtividade - os alunos serão atendidos adequadamente, aumentará o fluxo, diminuirão a repetência e a evasão e a escola formará produtos mais qualificados.

PRODUTIVIDADE (1) NA 1ª SÉRIE EM ESTADOS QUE NÃO DIVIDEM O 1º ANO

QUADRO 1 a
Evasão

CAPITAIS DO BRASIL	1965			1966	Diferença entre matrícula e expectativa	Evasão
	Aprovados no 1º ano	Reprovados no 2º ano	Expectativa de matrícula no 2º ano	Matrícula inicial do 2º ano		
Niterói	10.415	533	10.948	9.600	1.348	12,31%
Curitiba	11.367	1.362	12.729	12.725	4	0,03%
Rio Branco	3.200	338	3.538	1.464	2.074	58,62%
São Luís	5.570	1.302	6.872	6.525	347	5,04%
Maceió	7.601	1.194	8.795	5.321	3.474	39,49%
Florinópolis	3.454	1.067	4.521	4.519	2	0,04%
Pôrto Alegre	16.574	3.773	20.347	20.197	150	0,73%
Brasília	7.182	2.577	9.759	9.521	238	2,43%
B.Horizonte	27.455	6.382	33.837	32.090	1.747	5,16%
Vitória	2.922	820	3.742	3.629	113	3,01%
Cuiabá	4.374	540	5.414	2.405	3.009	55,57%
São Paulo	112.661	34.362	147.023	152.329	5.306	3,63%
Total	213.275	54.250	267.525	260.325	12.506 ⁽²⁾	6,67%

QUADRO 2 a

PRODUTIVIDADE NA 1ª SÉRIE NOS ESTADOS QUE DIVIDEM O 1º ANO

Evasão e aprovação sem promoção

CAPITAIS DO BRASIL	1965			1966	Diferença entre matrícula e expectativa de matrícula	Evasão ⁽³⁾ e aprovados num tipo de 1º ano, não promovidos ao 2º ano
	Aprovados no 1º ano	Reprovados no 2º ano	Expectativa de matrícula no 2º ano	Matrícula inicial do 2º ano		
Manaus	13.023	761	13.784	7.827	5.957	43,21%
Recife	34.651	2.955	37.606	24.895	12.711	33,30%
Boa Vista	1.625	183	1.808	996	812	44,91%
Goiânia	12.967	1.560	14.527	7.850	6.677	45,96%
Teresina	10.138	1.073	11.211	5.396	5.815	51,36%
João Pessoa	5.486	759	6.245	4.113	2.132	34,13%
Belém	18.728	3.150	21.878	17.470	4.408	20,14%
Aracaju	4.520	808	5.328	3.658	1.670	31,34%
Natal	7.289	1.534	8.823	5.597	3.226	36,56%
Guanabara	44.548	53.282	97.830	75.587	22.243	22,73 ⁽⁴⁾ %
Total	152.975	66.065	219.040	153.389	65.651	29,97%

(1) A produtividade é maior quando a taxa de evasão e reprovação é menor. Supondo que a taxa de evasão seja idêntica nos dois grupos de Estados, os do 2º grupo terão a média, mais 24% de reprovação do que consta no Anuário.

(2) Neste total não foi incluído S. Paulo, tendo em vista que a matrícula foi maior que a expectativa, fenômeno que pode ser explicado pelo ingresso na escola de crianças já alfabetizadas e se dá no Estado de S. Paulo em geral.

(3) Entre o final de 1965 e o início de 1966.

(4) Cf. Anuário Estatístico de 1967, Fundação IBGE - Instituto Brasileiro de Estatística.

QUADRO 3

Produtividade dos sistemas escolares das capitais brasileiras até o 4º ano primário (1).

ANO DE 1965

CAPITAIS DO BRASIL (sem divisão do 1º ano)	Total de alunos aprovados - 4º ano	Total de alunos do 1º ano (matrícula inicial)	Índice de produtividade (%)
Niterói	5.226	13.466	39
Curitiba	8.913	16.973	53
Rio Branco	517	5.463	9
São Luís	2.623	9.472	28
Maceió	2.338	13.144	18
Florianópolis	2.332	6.179	38
Porto Alegre	11.234	32.961	34
Brasília	3.134	13.136	24
Belo Horizonte	16.493	50.126	33
Vitória	1.613	6.320	26
Cuiabá	962	6.919	14
TOTAL	55.435	174.159	32

QUADRO 4

Produtividade dos sistemas escolares das capitais brasileiras até o 4º ano primário (2).

CAPITAIS DO BRASIL (sem divisão do 1º ano)	Total de alunos aprovados - 4º ano	Total de alunos do 1º ano (matrícula inicial)	Índice de produtividade (%)
Manaus	3.051	17.521	17
Recife	11.044	41.553	27
Boa Vista	247	2.225	11
Goiânia	2.637	17.627	15
Teresina	1.657	17.311	10
João Pessoa	1.867	10.260	18
Belém	9.213	12.674	73
Aracajú	1.447	7.153	20
Natal	2.456	12.705	19
Guanabara	13.884	209.176	7 (3)
TOTAL	47.503	348.205	14

Observação: A produtividade foi calculada pelo índice $\frac{\text{Alunos aprovados no 4º ano}}{\text{Matrícula inicial no 1º ano}}$

(1) Estados que não dividem o 1º ano

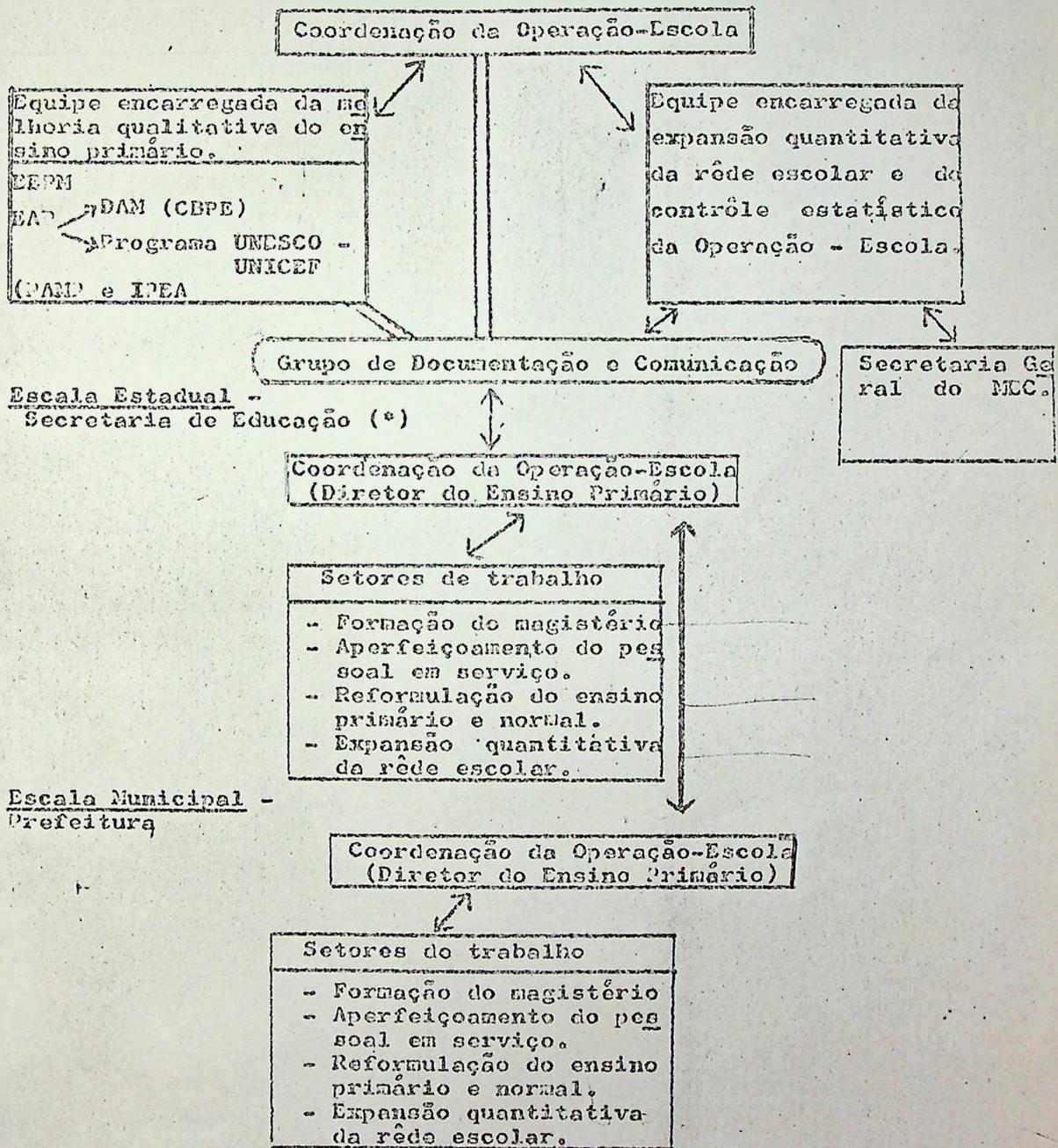
(2) Estados que dividem o 1º ano

(3) Dados extraídos do Anuário Estatístico (1967), IBGE.

Operação - Escola

Escala Federal -
SG/INEP - SAT / DNE - PAMP

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS - SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA
EQUIPE DO ENSINO PRIMÁRIO E MÉDIO E EQUIPE DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL



Escala Estadual -
Secretaria de Educação (*)

Escala Municipal -
Prefeitura

(*) É necessário colocar-se o problema de estarem incluídas na Operação Escola todas as escolas primárias dos municípios selecionados, inclusive as municipais e particulares.

Operação - Escola

Escala Federal -

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

EQUIPE DO ENSINO PRIMÁRIO E MÉDIO E EQUIPE DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL

Atribuição de funções dos elementos envolvidos no trabalho:

1- Coordenador - geral

Cabe-lhe o controle geral do trabalho, o entrosamento entre as equipes federais e estaduais, a coordenação do Grupo de Documentação e Comunicação e os entendimentos com a Secretaria Geral do MEC; com o DNE/Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário e com outros órgãos envolvidos na Operação - Escola.

2- Equipe encarregada da melhoria qualitativa do ensino primário

Cabe-lhe a realização de análises, estudos e pesquisas que sirvam de diretrizes para a assistência técnica que será proporcionada pelo INEP tendo em vista a elevação do nível de qualidade do ensino primário brasileiro. As áreas especialmente visadas são as relativas à formação do magistério, ao aperfeiçoamento do pessoal em serviço e à reformulação do ensino primário e normal.

3- Equipe encarregada da expansão quantitativa da rede escolar e de controle estatístico da Operação - Escola

Cabe-lhe analisar - do ponto de vista do cumprimento da obrigatoriedade escolar - a situação de cada área envolvida na Operação - Escola e sugerir as medidas que se fizerem necessárias.

É sua atribuição, ainda, o controle estatístico da Operação-Escola, não só em relação à parte de expansão quantitativa como também quanto a avaliação das atividades desenvolvidas visando à melhoria da qualidade do ensino.

4- Grupo de Documentação e Comunicação

Baseado nos documentos elaborados pela equipe encarregada da melhoria qualitativa do ensino primário e pela equipe encarregada da expansão quantitativa da rede escolar e controle estatístico da Operação - Escola e sob a orientação do coordenador geral, cabe-lhe:

- preparar material de informação referente à Operação - Escola e promover sua divulgação;
- adequar o material de formação tendo em vista sua utilização nos vários Estados e municípios atendendo às condições locais e aos elementos a que se destinem - pessoal técnico, docente, administrativo e alunos.

Operação - Escola

Entrosamento de atividades

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

EQUIPE DO ENSINO PRIMÁRIO E MÉDIO E EQUIPE DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL

I - Entrosamento entre o setor federal e o estadual:

- A- Visita inicial das equipes federais às várias unidades federais para "in loco" tomarem ciência das condições existentes com relação à Operação-Escola.
- B- Uma reunião anual (em janeiro) das equipes federais, coordenadores e assessores estaduais e municipais.
- C- Um relatório inicial (em abril), enviado pelos coordenadores estaduais ao coordenador geral da Operação-Escola, apresentando os planos de trabalho a serem desenvolvidos durante o ano nos Estados e municípios e as primeiras medidas tomadas.
- D- Um relatório (em dezembro), enviado pelos coordenadores estaduais ao coordenador geral da Operação-Escola, expondo o trabalho que foi desenvolvido durante o ano, segundo o plano inicial, nos Estados e municípios.
- E- Estatísticas a serem enviadas pelos coordenadores estaduais ao Coordenador geral da Operação-Escola, visando ao controle e avaliação do trabalho em curso nos Estados e municípios.
- F- Visitas e estágios dos elementos componentes do Grupo de Documentação e Comunicação nos vários Estados e municípios envolvidos na Operação-Escola.

A finalidade visada é de que o trabalho relativo à Operação-Escola, embora condicionado às situações particulares de cada zona, se desenvolva, nos planos federal, estadual e municipal, dentro de uma linha-de-ação coerente e unificada.

II - Entrosamento entre o setor estadual e municipal

Caberá ao coordenador estadual da Operação-Escola estabelecer as normas que regerão esse entrosamento. Deve-se ressaltar, no entanto, que ao referido coordenador caberá, como já foi mencionado, o envio ao Coordenador-geral da Operação-Escola de dois relatórios anuais e das estatísticas relativas ao desenvolvimento da Operação-Escola não só no plano estadual como no municipal.

SUGESTÕES RELATIVAS AO TRABALHO DE COLABORAÇÃO ^{DA SUDENE AO INEP} NO DESENVOLVIMENTO DA OPERAÇÃO ESCOLA

1967

1. A SUDENE, através de sua Divisão de Educação, se propõe a cooperar com a Operação Escola desde que tal cooperação não implique em um compromisso por parte desta Superintendência, quanto à aprovação de documentos ou trabalhos com vistas à liberação de recursos federais (PNE) para os Estados.

2. A cooperação a ser prestada poderá prender-se aos seguintes pontos:
 - a) Compatibilização da programação dos recursos disponíveis por força dos Convênios SUDENE/USAID/Estados do Ne., com as áreas prioritárias da Operação Escola.
Tais recursos são destinados, basicamente, à aquisição de equipamento e material didático para escolas primárias e normais e treinamento de pessoal docente e técnico para os mesmos níveis de ensino.
 - b) Dentro do Programa de Reestruturação dos Setores Técnico-Administrativos das Secretarias de Educação, dois aspectos poderão ser enfatizados:
 - b.1 - Prioridade às áreas da Operação Escola, quando da realização de pesquisas e levantamento estatísticos;
 - b.2 - Ênfase ao atendimento dos municípios estratégicos da Operação - Escola, quando da assistência técnica a ser dada pela SUDENE às Assessorias de Planejamento das Secretarias de Educação, na elaboração dos planos estaduais de educação;
 - c) Acompanhamento e assistência técnica às equipes de estaduais de coordenação da Operação Escola, quando da realização periódica de viagens dos técnicos da ED/SUDENE.
A SUDENE se compromete a enviar ~~os~~ informes mensais sobre as referidas viagens.

3. Para o desenvolvimento deste tipo de colaboração, o MEC deverá fornecer à SUDENE, além de outros dados ^{que} necessários:

- X
- 3.a Mapeamento dos municípios escolhidos, por Estado;
 - 3.b Detalhes relativos à programação apresentada pelos Estados (Plano de Ampliação de Matrícula, metas prevista para 1969/70, disponibilidade financeira e técnica etc);
 - 3.c Metodologia de trabalho adotada pelo MEC, quanto ao acompanhamento dos trabalhos do Grupo de Documentação e Informação.

ANEXO I

- Municípios atendidos pela Operação Escola no Ne:

Pi - Teresina

Ce - Fortaleza, Sobral, Crato

Pb - João Pessoa, Campina Grande, Patos, Pombal, Souza e Cajazeiras

Se - Aracaju

MEC deflagra a Operação Produtividade da Educação Primária

O MEC vai deflagrar, já no mês de agosto, a Operação-Produtividade do Ensino Primário.

Esclarece o ministro Tarso Dutra:

Trata-se de esforço a ser desenvolvido pelos governos estaduais no sentido de melhorar o rendimento da escola primária, e contará, no que fôr julgado necessário, com a ajuda técnica do MEC.

A Operação partiu da análise da situação da educação primária, que revela baixas condições de produtividade. Assim: cêrca de 1/3 das crianças em idade escolar não frequênta a escola; o índice de evasão é de, no mínimo, 34%; a metade dos alunos de nível primário está na 1^a série escolar; o custo do aluno aprovado corresponde a duas vêzes e meia, em média, o custo do aluno-ano.

As principais causas que concorrem para essa baixa produtividade, analisadas por estudos sucessivos do INEP, são as seguintes:

- . os currículos e programas de curso primário são extensos, mal dosados, não levando em conta as condições da criança e a carga horária disponível
- . os sistemas de promoção exigem padrões demasiado elevados
- . grande número de professôres não têm preparo conveniente nem recebem a assistência necessária.

As medidas que serão propostas aos Estados visam a tornar a escola mais flexível. Vivemos numa sociedade democrática e um dos princípios básicos dêste regime é o da igualdade de oportunidades para todos, de forma que cada indivíduo tenha a possibilidade de se desenvolver ao máximo, dentro de suas capacidades.

Sendo os indivíduos diferentes uns dos outros, não é possível fixar uma quota de conhecimentos a serem dominados, indistintamente, pelos alunos, sem levar em conta as variações de inteligência, aptidão, interêsses, necessidades.

Assim, a primeira condição de um sistema democrático de ensino é ser flexível, principalmente em relação a programas e métodos.

Programas únicos e provas demasiado ambiciosas destroem a flexibilidade da educação que é oferecida a nossos alunos, dando como resultado que a proporção entre os que cursam o 4º ano e os alunos de 1º seja de apenas 16%.

A Operação prevê as providências a serem tomadas para melhoria da situação, a seqüência dessas medidas e o auxílio que será oferecido aos Estados. Um cronograma dos trabalhos foi preparado, e a operação terá início ainda no corrente mês.

O aumento da produtividade importará em:

. melhor formação do educando, traduzida, desde logo, no fluxo mais rápido das crianças escolarizadas através dos anos escolares, e na formação pela escola de produtos de melhor qualidade, em termos dos objetivos amplos da educação, e adequados a nossas necessidades sociais.

O INEP oferecerá subsídios aos Estados, em reuniões de estudos com os staffs estaduais, na base de estudos que vem realizando - em colaboração com a Secretaria de Educação da Guanabara - sobre sistemas de ensino no primário de nove países dos mais desenvolvidos e de trabalho piloto realizado em suas escolas experimentais. As referidas reuniões de estudos devem-se iniciar, ainda, no ano corrente.

A reformulação do ensino primário vem sendo objeto de reuniões realizadas entre a equipe do INEP e o Ministério do Planejamento e constituirá aspecto complementar da Operação-Escola, incluída no Programa Estratégico do Governo Federal, pela qual até 1970 deverá estar na Escola Primária toda a população em idade escolar das capitais.

Operação
11

10

OPERAÇÃO-ESCOLA
REFORMULAÇÃO DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA

Lúcia Marques Pinheiro

Coube ao INEP, pelo decreto que instituiu a Operação-Escola, a assistência aos Estados no que respeita à reformulação do ensino primário.

Parte, pois, o legislador, da premissa de que a situação de nosso ensino não é satisfatória, o que ficou patenteado numa série de estudos já empreendidos pelos próprios Estados e por órgãos do MEC - em particular o SSEC e o INEP - que revelam a baixa produtividade do trabalho que vem sendo desenvolvido nesse setor.

O fim em vista é a melhoria da produtividade dos sistemas escolares.

A produtividade é função dos objetivos buscados e estes, na obra educativa, são, de um modo geral, melhor formação do educando como pessoa humana e como membro dos vários grupos sociais a que pertence (família, grupo de trabalho etc.) e maior adaptação às necessidades econômicas e sociais.

Melhor formação não envolve apenas instrução. Importa na integração de atitudes - de responsabilidade social, cooperação, planejamento, reflexão, iniciativa pelo bem comum. Envolve o desenvolvimento de interesses - por ler, estudar, pelo progresso do país. Inclui a aquisição de habilidades que são básicas no mundo atual; por exemplo, a de ler instruções e executá-las, usar o dicionário ou livros de consulta, estudar com eficiência. Sem elas, de pouco valerão os conhecimentos adquiridos, num mundo em transformação acelerada.

Como medir a produtividade da escola?

Devemos, antes de tudo, fixar-nos nas taxas de alunos bem ou mal sucedidos. Para 100 alunos no 1º ano primário temos, no 4º ano, 19 em média. Isso revela que no mínimo 4/5 dos alunos não estão seguindo normalmente através da Escola. Das crianças que se encontravam no 1º ano, em 1961, cerca de 80% haviam sido reprovadas ou se tinham evadido antes de chegar ao 4º ano (Anais da III Conferência Nacional de Educação, INEP-MEC, pág. 209). 50% das nossas crianças se encontram no 1º ano, algumas há 4 e mais anos. Examinando-se o grupo, já muito selecionado, que se encontra no 4º ano, vemos que levou em média 5 anos para alcançar esse ano escolar. O gasto que estamos fazendo por aluno bem sucedido é de cerca de duas vezes e meia o gasto por aluno. Não podemos esquecer, como educadores, os efeitos da evasão e da reprovação no desenvolvimento de atitudes de insegurança, frustração, rebeldia.

Consideremos em particular o grupo dos alunos mal sucedidos na escola. Em grande parte, eles se classificam no que os estudiosos da produtividade denominam perda, que é representada pelos candidatos ao analfabetismo de retôrno, fenômeno que, segundo estudos da UNESCO, ameaça aqueles que não realizaram pelo menos 3 anos de estudo eficiente (não 3 anos repetindo o 1º ano). Pelo Censo em 1964, cerca de 36% das crianças de 11 anos que se achavam na escola estavam no 1º ano. As taxas para 12, 13 e 14 anos eram de respectivamente - 29, 24 e 20% (Anais da II Conferência Nacional de Educação, INEP-MEC, pág. 201). Essas crianças, geralmente providas das classes desfavorecidas e que provavelmente serão retiradas da escola logo que aprendam a ler, são candidatas ao analfabetismo de retôrno. O mesmo ocorre com 20% das crianças de 12 anos, 17% das de 13 e 14% das de 14, que se encontram no 2º ano.

Além das perdas, temos ainda o sub-aproveitamento representado pela reprovação e pela evasão e, ainda, pelos produtos não preparados para a vida. Resta acrescentar que, como consequência dessa ineficiência, 30% das crianças não conseguem ingressar na escola. São vítimas de uma discriminação, involuntária embora, de um tratamento incompatível com o regime democrático. E não são elas, apenas, as prejudicadas, mas todo o país, uma vez que se trata de população do mais baixo nível cultural e econômico, que tende a se marginalizar, a se desajustar socialmente, a depender da sociedade para subsistir.

Esses sintomas não são percebidos em toda a sua gravidade e não vêm sendo objeto de um planejamento seguro para sua melhoria, a nosso ver por falta de controle do que vem ocorrendo.

Um dos índices da produtividade da escola primária está, por exemplo, na relação entre aprovados no 4º ano e alunos de 1º ano.

Num sistema eficiente, essa proporção é de, pelo menos, 90%. No Brasil há unidades em que alcança apenas 9%, e, em média, não chega a 20%. O Brasil se classifica, nesse aspecto, no que se chama um índice catastrófico, um dos mais baixos do mundo.

Não será possível obtermos os resultados alcançados pelos países desenvolvidos enquanto não melhorarmos as condições básicas em que se processa nosso trabalho educativo.

Comparando os nossos programas e livros didáticos com os daqueles países, vemos que nossas exigências são muito superiores. Pedimos no 1º ano o que eles prevêem para o 2º; exigimos no 4º (quando nossos alunos tiveram tempo de estudo equivalente a 2 anos daqueles países) o que eles exigem no 6º.

Quando os programas são reformulados, passam geralmente a pedir mais, levando em conta apenas a experiência de uma comissão de elite, com as crianças mais capazes. Dosar melhor os programas torna-se impossível nas condições atuais, pois ainda não chegamos à fase de elaboração de programas experimentais. Os que são apresentados com esse caráter não partem de experiências válidas, com grupos diferentes de crianças, nem são acompanhados em seus efeitos e devidamente reformulados em consequência.

As provas de promoção são outro fator de entrave no sistema. Quando entregues a órgãos centrais são em geral exigentes em demasia; se entregues ao professor medem, com frequência, conhecimentos sem importância ou fora do nível de compreensão das crianças.

Tudo isso está a revelar uma falha básica — a do próprio conceito de escola primária. A Escola Primária não pode mais ser encarada simplesmente como um grau de ensino destinado a levar todos os alunos a atingirem um resultado idêntico, fixado pela escola média. Essa idéia errônea vem comprometendo até mesmo o esforço de algumas escolas primárias renovadas. A escola média — cuja didática é ainda mais atrasada que a da primária — exige no concurso de admissão noções puramente memorizadas, exceções, dificuldades especiais. Raramente mede, por exemplo, a capacidade de redigir, porque isto cria dificuldade aos examinadores. Em Português pede principalmente noções de gramática que os países mais avançados só ensinam nos cursos médios. Em Matemática ainda está presa a problemas do século passado, falsos problemas, impossíveis de ocorrer (como o do

indivíduo que sabe que há, num galinheiro, galinhas e coelhos, contou os pés de todos, sabe qual a soma deles e a diferença, mas não pode identificar os pés de galinhas e de coelhos).

Nos estados que não exigem o certificado do curso primário para ingresso no médio a situação se agrava - inúmeras crianças desde o 2º ano primário se dirigem aos "cursinhos de admissão" que realizam simples adstramento para os exames; abandonam ou colocam em segundo plano a escola primária. Essas crianças vão engrossar o contingente dos repetentes de 1º e 2º séries do ensino médio, mais numerosos do que os do ensino primário.

O certificado de curso primário do Estado, que deveria, pela LDB, ser documento necessário e, conforme parecer do CFE, suficiente para ingresso no ensino médio é aviltado pelo próprio Estado, que não o reconhece como válido sequer para ingresso nas escolas médias públicas.

Qual o erro básico cometido? É que estamos com um conceito de educação primária de séculos passados. A escola primária não é essencialmente, repetimos, um grau de ensino, com uma tarefa marcada em termos de instrução. Ela é a escola para a infância. Deve atender a todas as crianças e dar a cada uma aquilo que sua capacidade permitir, conforme o princípio de igualdade de oportunidades, básico na democracia.

Todos devem ter oportunidade de desenvolver ao máximo suas potencialidades e como estas são diversas o ensino não pode ser igual para todos. Todos têm, ainda, direito às condições essenciais para o próprio desenvolvimento, condições essas que não podem ser desrespeitadas: por exemplo, direito a uma carga horária suficiente para permitir um rendimento razoável, direito a um professor que domine a sua tarefa. Quando submetemos crianças a iguais programas e exames e damos a umas 4h 30 de aula e a outras 3, estamos cometendo uma injustiça social para com as últimas, principalmente se essas crianças não encontram nos pais capacidade para ajudá-las em casa, propiciando-lhes o que falta na escola.

Se a educação é processo que se dá no indivíduo, se os indivíduos são diferentes e se a democracia é justamente baseada no aproveitamento das diferenças individuais e no aperfeiçoamento do indivíduo até onde sua capacidade o permita, a primeira condição para uma organização escolar eficiente é ser flexível.

Na situação atual, mais de 80% dos alunos (taxa que engloba as crianças de inteligência média, isto é, normal) repete o ano ou se evade e apenas 16% seguem o curso normalmente, isto é, conseguem realizar no tempo previsto o que se exige de todos. Ora, esses 16% correspondem exatamente à proporção dos alunos de inteligência superior. É, pois, claro que, nas condições atuais do ensino e de acordo com as exigências feitas, só um grupo muito selecionado está vencendo o que é exigido de todos. A barreira de passagem de 1º ao 2º ano primário é maior que a da entrada no curso médio e no ensino superior, onde há limite de vagas.

Esses índices esclarecem a maneira deficiente como as crianças são atendidas, a falta de adequação entre, de um lado, o que é exigido e as condições oferecidas e, de outro, as possibilidades das crianças.

Se compararmos a distribuição dos alunos pelas séries escolares na escola primária em 1958 e em 1965, vemos que não houve nenhum progresso; a situação é de completo imobilismo. Aumentou, sem dúvida, o contingente de crianças recebidas pela escola, e de maneira bastante significativa - o que revela o esforço que as administrações vêm despendendo - mas em

nada melhorou a forma de atendimento das crianças. A perda do que foi despendido, em valores absolutos, aumentou, pois, na mesma proporção em que cresceu a matrícula.

Que fatores principais são responsáveis por esse estado de coisas?

Em primeiro lugar, faltam as condições básicas para que o trabalho se possa realizar com eficiência - condições de tempo e de espaço. São comuns as salas superlotadas e o tempo de que se dispõe para o curso primário é absolutamente insuficiente (Vide III Conferência Nacional de Educação, INEP-MEC - pág. 217).

Com escolas de dois turnos e 4h 30 de aula diária ou com 22 horas semanais, temos pouco mais de 3.000 horas de aula para 4 anos de curso. Isso corresponde a 3 anos de curso nos Estados Unidos, entre 2 e 3 na França, Inglaterra, Suíça e Suécia, que oferecem para o curso primário o dobro do tempo que o Brasil está propiciando.

Nas escolas de 3 turnos - tão comuns - a situação é mais grave: 4 anos de curso no Brasil correspondem, em carga horária, a menos de 2 anos na Suíça e a pouco mais de 2 anos nos demais países citados.

Comparando-se o preparo de nossos professores - quase a metade leigos e os formados preparados muitas vezes em escolas normais que não contam sequer com classes de demonstração - com o dos professores dos países citados - preparados em nível universitário - parece clara a conclusão de que há muito a fazer para melhorar a situação.

Que soluções vêm sendo tentadas? A mais comum é a mudança do sistema de promoção para a chamada "promoção automática". Nos estados em que foi efetivada, não resultou em maior flexibilidade. Comparando 3 capitais em que foi instituído o sistema (Recife, Guanabara e Porto Alegre) com 3, equivalentes, em que não houve essa mudança (Belo Horizonte, São Paulo e Salvador) verificamos que o tempo médio que os alunos levam para chegar ao 2º e ao 4º ano é praticamente equivalente num e noutro caso.

Nos sistemas que tentam tornar-se mais flexíveis, não raro se recai em medidas como a constituição de turmas de tipo especial para as crianças que não avançam normalmente. Essas turmas, que deveriam ser em pequena proporção (no máximo 20%), constituem a maioria, a atestar a falência da medida tentada.

Tem faltado às administrações um controle dos resultados das medidas tomadas e muitas de nossas reformas de sistemas de promoção e de programas - embora bem intencionadas - têm levado, às vezes, a agravar a situação, sem que os administradores se apercebam do fato.

Um dos grandes objetivos da Operação-Escola é implantar a mentalidade do controle do que está ocorrendo e da análise dos fatores que estão influenciando para melhorar ou piorar a situação.

Uma das medidas, por exemplo, que foi adotada por alguns Estados e se foi alastrando a ponto de atingir a metade do país está agravando de muito a situação, sem que o fato tenha sido percebido, na maioria dos casos. Trata-se de divisão da 1ª série em 2 ou 3 anos escolares. Os Estados que a adotaram baixaram sua produtividade a menos da metade porque, além de criar problemas para o professor, que recebe alunos com preparação muito diversa e abandona o que já foi obtido, reiniciando o trabalho, tem efeito sugestivo no sentido de reduzir o ritmo das atividades. Num Estado que acompanhamos de perto, a promoção do 1º ao 2º ano caiu de 56 para 10%.

Será, então, medida negativa a mudança do sistema de promoção? Claro que não, mas ela precisa ser precedida de preparo do professor e ir de par com mudanças de programas e de exigências feitas, sem o que se converte em medida inócua ou contraproducente.

Com o objetivo de prestar assistência técnica e oferecer subsídios aos Estados que a desejem, vem o INEP estudando a articulação da escola primária com a média, o planejamento da Escola Integrada para atender ao período de escolaridade obrigatória, os sistemas de ensino primário de nove países dos mais desenvolvidos e em particular os programas de ensino desses países.

Iniciou, também, um levantamento da situação do 1º ano, no qual está o maior contingente de alunos da Escola Primária, e que vem oferecendo um mínimo de retribuição, pois de um grupo em que cerca de 50% já são repetentes mais de 40% ainda são reprovados. Isso significa que 50% dos gastos do ensino primário são feitos com a 1ª série e cerca de 25% são perdidos.

O fato é especialmente grave, pois todos os países desenvolvidos conseguem alfabetizar pelo menos 90% das crianças em um ano.

O levantamento referido dirá quais as dificuldades das crianças e que fatores estão levando ao fracasso. O INEP apresentará aos Estados os resultados do levantamento para que possam orientar seu trabalho de assistência ao 1º ano.

Oportunidades de aperfeiçoamento do pessoal serão igualmente postas à disposição das Secretarias de Educação, pois precisarão ser constituídos staffs devidamente preparados e será indispensável que o trabalho al cance o professor. A maioria das reformas fracassa por não atingir o mestre em classe, que é quem de fato dirige a obra educativa. Podemos ajudar o professor, criando condições favoráveis a seu trabalho - condições de preparo, de estímulo, de segurança financeira. Podemos dificultar o trabalho do professor ou levá-lo ao fracasso, se o tempo de aula fôr insuficiente, houver falta de equipamento e material, programas excessivos etc.

O êxito ou fracasso da Operação-Escola, em cada unidade da Federação, ficará patente na avaliação que será realizada e que dirá, em cada caso, da eficiência ou não das medidas tomadas.

A experiência que vimos realizando na Escola Experimental da Guanabara, e, agora, em 5 escolas de população favelada daquele Estado e de mais 5 Estados da Federação nos está inclinando a concluir, por exemplo, que os fatores referidos, em especial os métodos e recursos do ensino, têm grande influência na promoção e que a assistência médica adequada será talvez outro fator decisivo para a melhoria da situação do 1º ano.

Constitui ponto pacífico que se torna necessário um melhor aproveitamento das verbas aplicadas em educação e que isto somente será possível se melhorar a qualidade do trabalho desenvolvido nas escolas em geral e em cada classe em particular.

Precisamos acompanhar o que ocorre - verificar o que vem prejudicando o trabalho e o que favorece - para orientar nossos esforços no sentido de tornar a escola mais produtiva e liberar, em consequência, verbas para atingir as crianças que se acham fora da escola e para assistir con-

dignamente às que nela ingressam, uma vez que será injusto trazer mais crianças para a escola para submetê-las a um fracasso certo.

Educação, em certos aspectos, se assemelha a saúde. Assim como não seria desejável trazer mais doentes do que os que os hospitais comportam, fixando um prazo de permanência insuficiente ou dividindo as doses dos remédios abaixo do que permitiria a cura a fim de atingir um maior número, também não poderíamos trazer crianças para a escola para atendê-las, na expressão feliz de nosso Secretário Geral, de maneira indigna. Por isso a Operação-Escola se preocupa em colocar mais crianças na escola, sem perder de vista os aspectos qualitativos.

Não nos esqueçamos de que as crianças que estão fora da escola não são as de classe média ou de famílias especialmente interessadas em educação. São os filhos de pais analfabetos, as crianças dos lares mais humildes, de condições de saúde mais precárias e que, sem escola ou com uma escola insuficiente, são candidatas à marginalização.

Nossa responsabilidade é imensa, mas sei que os Senhores estão à altura de enfrentar os problemas existentes, concorrendo, assim, de maneira decisiva, para a tarefa do desenvolvimento nacional.

Rio, Outubro de 1968.

LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DO 1º ANO
NAS CAPITALS DOS ESTADOS E TERRITÓRIOS

1. Objetivo - O presente projeto tem por objetivo contribuir decisivamente para a melhoria do rendimento do 1º ano primário, nas capitais das unidades federadas, tendo em vista que 50% das crianças que frequentam a escola se encontram nessa série escolar e o índice de reprovações é superior a 40%, situação anômala considerando-se os resultados de outros países. A estratégia a ser seguida consiste em:

- a) selecionar uma amostra significativa da população em estudo
- b) aplicar a essa amostra uma prova-diagnóstico e submeter os professores das turmas sorteadas a um questionário incluindo dados relativos aos fatores que parecem mais influir para a baixa produtividade do ensino.
- c) estudar estatisticamente os resultados obtidos pelas crianças nesse Levantamento e nas provas aplicadas para promoção em cada Estado ou Território, as quais, na maioria dos casos, variam para cada turma.

2. Urgência do Trabalho ; prazo para sua execução

O presente survey constitui peça significativa da implantação, em bases seguras, das medidas destinadas à reformulação do ensino primário visando ao aumento de sua produtividade, prevista no item e do paragrafo único do artigo 3º do Decreto nº 63.258 de 19 de Setembro de 1968, que instituiu a Operação-Escola, projeto prioritário do Governo na área do ensino primário.

Está previsto para Março de 1969 o início dos trabalhos de assistência técnica do Governo Federal aos Estados e Territórios, tornando-se por isso necessário que a apuração e análise dos resultados do "survey" se faça até 20 de Fevereiro e a entrega dos quadros estatísticos até 10 daquele mês.

3. Trabalho a ser desenvolvido pelo organismo encarregado do tratamento estatístico dos dados

O trabalho a ser realizado envolve a apresentação dos dados, a serem apurados para cada unidade federada, exceto o Território de Fernando de Noronha, devendo ainda ser incluída Brasília e preparadas tabelas, - resumo para o país, o que totaliza 504 quadros de resultados.

Para as 27 unidades do Levantamento (22 Estados, 3 territórios, Brasília e Brasil) deverão ser preparados quadros que permitam concluir da influência sobre os resultados, em leitura silenciosa e em ortografia, dos seguintes fatores, nas combinações indicadas a seguir:

1. carga horária, número de alunos da turma e condições sócio-econômicas das crianças
2. carga horária, método e condições sócio-econômicas das crianças
3. carga horária, tipo de aluno (iniciantes, repetentes..) e método
4. carga horária, método e prática de 1º ano
5. carga horária, método e preparo anterior do aluno (analfabeto, iniciado e quase alfabetizado)
6. carga horária, condições sócio-econômicas e livros mais usados
7. livro usado, como escolheu o livro e condições sócio-econômicas dos alunos
8. tipo de aluno (novos, repetentes) mobilidade do professor e condições sócio-econômicas das crianças
9. tipo de aluno (novos, repetentes...) prática de 1º ano e mobilidade do professor
10. curso de nível mais alto do professor, auxílio do orientador e condições sócio-econômicas dos alunos
11. método, prática docente e nº de empregos do professor
12. método, prática de 1º ano e nº de empregos do professor
13. método, tempo gasto na fase preparatória e condições sócio-econômicas das crianças
14. início do preparo para a leitura independente (métodos sintéticos), condições sócio-econômicas das crianças e auxílio do orientador
15. idem (método de palavração)
16. idem (sentenciação e pré-livros)
17. método, condições sócio-econômicas das crianças e resultado do teste ABC
18. método, carga horária e resultado no teste ABC
19. tipo de turma (novos, repetentes), mobilidade do professor e carga horária
20. carga horária, método e auxílio de orientador
21. método, condições sócio-econômicas das crianças e auxílio do orientador.

Para atender às necessidades apontadas acima as listagens deverão ser feitas de acordo com os cruzamentos e campos do cartão apresentados no anexo 1, atendendo ao quadro de codificação constante do anexo 2.

Em cada célula de cruzamento serão anotadas as seguintes informações:

soma das notas de ortografia e de leitura silenciosa,
soma dos quadrados de notas de ortografia e de leitura silenciosa,
número de notas de ortografia e leitura silenciosa,
número de aprovações no levantamento,
número de aprovações pela escola.

O organismo encarregado dos trabalhos deverá receber do INEP fichas de que constarão o campo do cartão e o item do questionário (anexo 3). A cada ficha será juntada uma relação de notas e código de aprovação ou não pelo levantamento e pela Escola (anexo 4). As fichas serão apresentadas por unidade federada.

LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DO 1º ANO
NAS CAPITAIS DOS ESTADOS E TERRITÓRIOS

ANEXO I

CRUZAMENTOS

4	X	6	X	10
4	X	10	X	17
4	X	7	X	17
4	X	16	X	17
4	X	8	X	17
4	X	10	X	23
10	X	23	X	24
7	X	10	X	11
7	X	11	X	6
12	X	15	X	17
12	X	16	X	17
10	X	17	X	19
10	X	14	X	20
10	X	14	X	21
10	X	11	X	22
10	X	13	X	14
5	X	10	X	17
4	X	5	X	17
4	X	7	X	11
4	X	14	X	17
10	X	14	X	17

1. ELEMENTOS PARA O CARTÃO

DADOS GERAIS

DADOS DA TURMA

CAMPO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	11	12
Item do questionário	Estado	Escola	Turma	1 - 2 - 3	7	8	9	10	11	12	13	1P		
Código	01 a 26	001 a n. dentro de cada Estado	de 01 a n dependendo de cada Estado.	Carga horária anual. Em código de 1 a 6	Teste ABC S/teste:8 N.alto: 7 20-24 15-19 N.médio:6 11-14 400-1 400-500-2 500-600-3 600-700-4 700-800-5 800 e+ -6	20:01 21-29:02 30:03 31:04 32:05 33:06 34:07 35:08 36-40:09 41-50:10 51-60:11 60 e+:12	Nº alunos que iniciaram o curso em: Novos: todos em 68 : 1 Repetentes com maioria em 1ª repetência: 2 Repetentes com maioria em 2ª repetência: 3 Repetentes com maioria em 3ª repetência: 4 Repetentes com maioria em 4ª repetência: 5	Majoria da turma composta de 1 a 4	Profissão pai: de 1 a 6	Condição econômica do aluno: de 1 a 6	Nº de professores que regeram de 1 a 5	Emprego 1 emprego: 1 2 empregos: 2		
Nºcolunas (total-48)	2	3	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1		1

NOTA: Não há resumo para o Brasil

1. ELEMENTOS PARA O CARTÃO - continuação

DADOS DO PROFESSOR

ANEXO 2 (b)

13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25a 25b	26	27
2P	7P	8P	9P	13P	4P	14P	15P	16P	17P	22P	23P	Nota da prova do INEP de 000 a 100 relação anexa ao quest. Crt. Leit sil.	Aprovado pelo INEP sim: 1 não: 2	Aprovado pela Escola sim: 1 não: 2 Ob.: No caso de S. Paulo código 3 (Iniciou experiência diferente ficando dependendo de novo resultado em 69)
Curso mais alto: de 1 a 7	Sem orientador: 6 e de 1 a 5	Anos regência: 1 ano: 1 2-5 : 2 6-15 : 3 + 15 : 4	Regência 1º ano: Menos de metade de 8P: 1 Metade de 8P: 2 Mais de metade 8P: 3 Igual a 8P: 4	método de 1 a 7 Nulo: 8	Sem curso: 3 concorda com 13P: 1 não concorda com 13P: 2	Data de início do método: Calcular em horas a diferença: 14P - 3	Se partir de sons... calcular em horas a diferença: 15P-14P	Se partir de palavras... calcular em horas a diferença: 16P-13 "	Se partiu de sentenças calcular em horas a diferença: 17P-13 "	Qual? código de 01 a 10 para as 10 principais cartilhas e de 11 a 15 para os 5 principais pré-livros	Por que escolheu? Em branco: 0 Melhor resultado: 1 Recomendação: 2 Melhor res. e recom.: 3 Orientador indicado: 4 Melhor res. e orient. ind.: 5 Dá mais segurança: 6 Outras: 7			
	Obs. confrontar com 6P.				Obs. confrontar com 3P.	(Campo 4) Locar na escala de %: 0-10 01 10-20 02 20-30 03 : : 80-90 11 90 ou mais 12								
	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	1	3	1	1

Obs.: As questões que exigirem respostas, quando deixadas em branco, terão código 0.

Nota - Sem res - Nota - Sem res - Nota - Sem res - Nota - Deixar - Nota - não há
 posta: 00 posta: 00 posta: 00 em branco na ficha para o Brasil

MEC - INEP
PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EDUCAÇÃO
Coord. Regional V
São Paulo
Prof. Queiroz Filho

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EDUCAÇÃO

9

OPERAÇÃO-ESCOLA
REFORMULAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO

DOC. 2

GRADUAÇÃO ESCOLAR, MATRÍCULA, ORGANIZAÇÃO DE TURMAS E SUA DISTRIBUIÇÃO

O INEP verificou, no Levantamento da Situação do 1º Ano, que alguns Estados apresentam uma distribuição de alunos pelas séries escolares e um fluxo das crianças através do curso muito deficientes, não tanto por deficiência do ensino como pela graduação escolar. O referido Levantamento revelou que um número muito apreciável de crianças são mantidas no 1º ano sem necessidade. A melhor dosagem dos programas irá permitir que avancem naturalmente através das séries escolares, liberando vagas para as que estão fora da escola. Em tais Estados, as chamadas classes de 1º ano médio e 1º ano superior correspondem ao que, na graduação escolar dos países avançados, se considera como 2º e até 3º anos.

Estão nesse caso, por exemplo, Amazonas, Pará e Sergipe, que mantêm no 1º ano crianças já alfabetizadas e apresentam programas e exigências inadequadas na 1ª e 2ª séries.

Tais Estados ganhariam em reclassificar as crianças alfabetizadas de 1º ano, classificando-as, já em 1969, como 2º ano e, em alguns casos, como 3º.

São consideradas pelos países avançados como exigências razoáveis para o 2º ano que a criança leia, embora lentamente, enfrentando todos os fonemas, palavras, expressões e trechos curtos, de 3 ou quatro sentenças. Gramática não deverá ser medida no 1º ano e redação poderá apenas contribuir para classificação, não devendo influir na promoção. Em Matemática, bastará conhecer os fatos básicos de adição e subtração até total 10.

Crianças deficientes em Matemática ou em ortografia poderão recuperar-se no 2º ano, constituindo-se turmas de 2º ano experimental com esses alunos.

Tais padrões são os adotados por países mais desenvolvidos, que asseguram à criança maior tempo de aulas e professores preparados em nível universitário, não sendo razoável que no Brasil sejam feitas exigências mais altas para todas as crianças, pois isto resultará em:

- reprovação
- evasão
- desenvolvimento de insegurança, rebeldia etc.
- impossibilidade de acolher um maior número de crianças na escola.

O INEP oferecerá contribuição à reformulação de programas e sua melhor aplicação, baseando-se em estudo do que exigem e obtêm 9 países dos mais avançados e no trabalho publicado nos Anais da 2ª Conferência Nacional de Educação sob o título: "Serão adequados os programas brasileiros do ensino primário?".

Com relação à matrícula, será preciso considerar que se tem em vista obter o melhor rendimento com o mínimo de "perdas" (representadas pelos alunos que não chegam a completar pelo menos 3 anos de estudo eficiente) e "desperdícios" (representados pela evasão e pela reprovação). O melhor rendimento resulta, entre outras causas, da adequada organização e distribuição das turmas.

É desejável que as crianças procurem a escola na época própria (7 anos na maioria dos Estados e como exigência da Constituição Federal). Em função da publicidade dada à Operação-Escola, e do crescente interesse do povo por educação, deverão ocorrer à escola, solicitando vagas, crianças de todas as idades na faixa entre 7 a 14 anos, com ou sem preparo anterior. Sujeitas a um pequeno exame, as já alfabetizadas poderão ser classificadas nas várias séries. A maioria, porém, será de não alfabetizadas. Não podendo ser atendido todo o contingente que procura a escola, terá o Estado de fixar critérios preferenciais.

Tendo em vista o fenômeno da "perda", isto é, da inutilidade de matricular nos cursos regulares crianças que, pela sua idade, permanecerão na escola um período inferior a 3 anos de escolaridade, fica desde logo patente que - com relação a essas crianças, bem como às de 1º ano com mais de 10 anos - precisará haver um tratamento especial. Tais alunos poderão ser colocados em turmas que recebam um atendimento intensivo em aspectos essenciais. Já tendo 10 anos no mínimo,

poderão locomover-se para escolas não muito distantes, recebendo passagens para condução, se fôr o caso. Para tais crianças devem ser adaptados os programas, de modo a prepará-las no que é essencial, isto é:

- leitura de material ao alcance do aluno, com interpretação (ler para informar-se, atender a instruções, recrear-se, para fins de estudo etc.)

- redação de bilhetes, cartas, recados
- problemas matemáticos relativos à vida comum e às profissões mais simples (compra, venda, medida, abatimento)
- integração ao país (noções de Estudos Sociais sob forma de problemas reais, desenvolvimento de atitudes de responsabilidade, iniciativa, reflexão, cidadania etc.)
- noções de Ciências, em especial relativas à saúde.

É de interesse que os alunos que já estejam cursando a escola e se encontrem fora das idades previstas sejam reunidos em turmas que receberão um tratamento especial. Se o seu número não fôr suficiente para a formação de turmas desse tipo, eles continuarão a cursar a escola como o vinham fazendo até então.

As turmas comuns poderão abranger, nesse 1º ano de trabalho, uma faixa de idade mais ampla do que será desejável no futuro, a saber:

1º ano - 6 a 7 anos até 10

2º ano - até 11 anos

3º ano - até 12 anos

4º ano - até 13 anos

5º ano - até 14 anos

ou, se fôr julgado preferível,

1º ano - até 9 anos

2º ano - até 10

3º ano - até 11

4º ano - até 12

5º ano - até 13

Havendo excesso de solicitações para matrícula na 1ª série, nessa 1ª fase dos trabalhos, parece que uma solução que poderá ser experimentada a fim de dar melhor aproveitamento aos recursos investidos será submeter tôdas as crianças de 7 anos a um exame médico para verificar se apresentam condições que interfiram no rendimento escolar.

Não matricular em 1968, no caso de não haver vagas suficientes para as crianças de idade regular, aquelas que revelem condições muito precárias de saúde. Essas serão atendidas, durante o ano, por serviço médico do Estado, tendo preferência sobre as demais para matrícula em 1969.

O Estado deve dar-lhes atestado de isenção por um ano e ter cadastros desses alunos para assentamento das medidas tomadas para atendê-los. Além de Assistência Médica, recomenda-se, no caso de crianças de classes desfavorecidas, o atendimento em Jardins de Infância ou Parques Infantís, 2 dias por semana, 2 ou 3 horas, preparando-se atividades de socialização (dramatizações, jogos, teatrinhos). Enquanto o número de Jardins de Infância não puder ser aumentado, esse tipo de atendimento possibilitará que um número muito maior de crianças tenham oportunidade de ser atendidas. Essa solução é usada nos Estados Unidos.

As demais crianças novas e analfabetas de 1º ano devem ser matriculadas, sendo aconselhável a organização de turmas por idade (as 35 crianças menores compondo uma turma, as 35 seguintes, outra, e assim por diante). No caso dos Estados que matriculam crianças de 6 anos, estas podem com vantagem ser reunidas às de 7.

As classificações por testes de maturidade vêm concorrendo para que o professor que recebe as turmas fracas racionalize o mau rendimento obtido e não se empenhe o suficiente. Testes podem ser aplicados para conhecimento da administração e controle da apuração do trabalho do professor. Crianças consideradas imaturas têm obtido resultados apreciáveis na aprendizagem da leitura, desde que o professor seja devidamente preparado para atendê-las, como pôde o INEP constatar em estudo realizado em 1968 em favelas cariocas.

É contraproducente a divisão do 1º ano em dois ou mais tipos, para serem cursados em anos sucessivos. Essa medida baixa a produtividade da escola, aumenta a taxa de recursos despendidos e diminui o rendimento.

As turmas do 1º ano e do 2º ano não devem ser entregues a professores inexperientes ou ineficientes, em especial em locais de população desfavorecida. Foi impressionante a quantidade de professores de 1º ano que no Levantamento realizado pelo INEP revelaram não esperar que nenhum aluno de sua turma fosse promovido ao 2º ano.

Será preciso elevar o rendimento de cada professor, dentro de razoáveis padrões de medida do rendimento escolar, e aproveitar em outras séries os que não produzem, aperfeiçoá-los, dar-lhes senso de responsabilidade ou afastá-los do magistério.

Os diretores devem ser alertados para sua responsabilidade que também deve ser controlada - ao entregarem turmas de 1º ano a professores que não têm segurança em alfabetização, que irão tirar licença no meio do ano, que não desejem esforçar-se por melhorar.

É aconselhável um levantamento da situação de todas as escolas na área da Operação-Escola e sua classificação segundo o rendimento obtido em 1968 no 1º ano, a fim de concentrar o esforço de orientação nas escolas de rendimento mais baixo, deixando as que obtêm rendimento mais alto a cargo dos próprios diretores. Deve igualmente ser feito um levantamento dos professores com taxas de promoção mais baixa, dentro das condições de cada turma. Para isso, as escolas devem ser classificadas dentro do tipo de sua população escolar e a eficiência do professor deve ser avaliada em relação aos que têm turmas do mesmo tipo. Orientadores especialmente preparados darão assistência aos diretores das escolas mais necessitadas, devendo seu trabalho ser apreciado em função dos resultados obtidos.

A constituição de turmas de imaturos, crianças deficientes e crianças a recuperar tem revelado efeitos desfavoráveis em termos de multiplicação crescente de seus efetivos, da irresponsabilidade que por vezes cria nos professores e pelos efeitos que a discriminação causa na criança. Todos os países avançados dão atendimento a crianças especiais que são, porém, em número relativamente reduzido. Crianças abaixo da média (a maioria das quais não é especial) correspondem a 16% da população. Taxas de crianças classificadas como não podendo seguir a escolaridade comum superiores a 16% não são causadas por condições das crianças, mas por inadequação de programas, por experiências feitas por professores mal preparados ou desestimulados pela classificação da criança, pela distribuição de turmas mais difíceis aos professores menos capazes etc. Sem reformar essas condições constitui injustiça para com essas crianças submetê-las a um regime que não lhes crie condições mais favoráveis de desenvolvimento.

PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM EDUCAÇÃO

OPERAÇÃO ESCOLA

REFORMULAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO

DOCUMENTO 1

Carga horária e aproveitamento do espaço escolar

Todas as medidas destinadas a aumentar o contingente das crianças matriculadas têm de levar em conta a eficácia desse atendimento.

A par da preocupação de aumentar a matrícula deve haver a de, pelo menos, criar condições mínimas para que as crianças possam obter êxito nos estudos. Deixar de considerar esse aspecto seria o mesmo que, no setor de saúde, dividir as doses de remédios abaixo do número essencial para que possam atuar.

O regime de 3 turnos, instituído para atender a uma situação de emergência, é insatisfatório e deve ser evitado. Nas unidades federadas que precisarem mantê-lo ainda por algum tempo, deve-se ter em vista a necessidade de compensá-lo pelo aumento de número de dias de aula semanais e redução das férias, de modo a assegurar pelo menos 21h30m semanais e 800h anuais de aula.

Há vantagem em que o ano escolar seja diversificado nas zonas rurais e mesmo em certas zonas urbanas, para atender às contingências de emprêgo das crianças no trabalho local.

Para esse fim, deve-se estudar, em cada caso, as épocas ou dias de baixa de frequência para adaptar o calendário escolar, já quanto aos dias de folga semanais, se houver (coincidência com férias locais, por exemplo) e de férias.

É mais produtivo o regime de aulas com maior número de épocas curtas de férias do que o de férias longas, em menor número. Estas levam a criança ao esquecimento e à perda dos hábitos em formação, além de favorecer o desenvolvimento da fadiga, com a correspondente baixa do rendimento. Assim, 3 ou 4 períodos de férias de 1 semana a 10 dias e um, mais longo (20 a 30 dias), são mais produtivos do que o regime atual. Há que ter em vista, porém, os casos de climas muito quentes, em que o rendimento no verão é mínimo, tornando-se aconselháveis férias de fim de ano mais longas.

Quanto à carga horária, não poderá ser considerada como esforço do Estado para efeito de apreciação dos trabalhos da Operação-Escola uma carga de menos de 21h e 30m semanais ou 800h anuais.

Abaixo dessa carga horária o trabalho se desenvolve, as mais das vezes, em pura perda, acarretando gastos inúteis para o Governo e para a população, que despense com uniforme, material esco

lar e transporte, sem possibilidade de obter retribuição a êsse esforço.

O aproveitamento do espaço escolar também não deve ser feito aumentando o número de alunos de cada turma além do razoável. Estudos realizados pela UNESCO revelam que até 35 alunos por turma não há baixa apreciável de rendimento, mas acima dêsse limite o aumento do número de alunos por turma não compensa, ao contrário, leva à multiplicação do número de reprovados, anulando o esforço feito. É contraproducente matricular, por exemplo, mais 10 crianças numa turma se com isso se eleva o número de reprovados para mais 15.

Na situação atual, parece-nos aceitável constituir turmas de 1º ano atendendo a êsse limite máximo e, a partir do 2º ano, matricular até 38 alunos, podendo-se em casos especiais, nas últimas séries chegar até 40. Isso dependerá, porém, das condições de espaço e de disponibilidade de mobiliário, devendo a sala de aula, para uma turma de 40 alunos, ter no mínimo 40m². Dever-se-á, porém, ter em vista que essa área não é a desejável, não devendo servir de base para as futuras construções, sendo aceita apenas como medida de emergência.

Para orientar sôbre o melhor aproveitamento do espaço escolar, convém construir, em cada área abrangida pela Operação-Escola, uma comissão que se encarregará de divulgar instruções sôbre êsse aproveitamento e controlar a aplicação das mesmas.

Para orientação do trabalho dessas comissões e dos diretores de escola, delegados de ensino ou chefes de distritos escolares sugerimos:

- a) fazer o esboço da planta de cada escola com a metragem de cada sala
- b) verificar o número de candidatos à matrícula em cada série escolar
- c) dividir êsses totais por 35, no caso da 1ª série, e 40, no máximo, no das demais, para verificação do número de turmas (no caso das salas terem pelo menos 40m², fazendo-se as adaptações necessárias em outros casos)
- d) verificar as séries escolares em que as turmas terãode ser menores para dar-lhes as menores salas.
- e) se a escola tiver mais de um turno, colocar em cada sala turmas de tamanho equivalente e, sempre que possível, da mesma série.
- f) estudar, tendo em vista a proximidade de outras escolas, a possibilidade de reunir as crianças das últimas séries em algumas escolas em cada bairro.
- g) estudar a possibilidade de, sem prejuízo das necessidades administrativas (gabinete do diretor) e de assistência às crian-

ças (gabinete médico e dentário) e sem destruir algumas condições - que levam à melhoria de certas escolas (bibliotecas que realmente funcionem, por exemplo), aproveitar ao máximo o espaço existente. Es se aproveitamento se fará, por vêzes, mudando a localização dos gabinetes.

Cada diretor deve fazer seu plano visando ao aproveitamento mais produtivo do espaço, sendo o trabalho assistido pelas delegacias ou chefias de distrito e controlado pela Comissão Central.

A lista de crianças que não puderem ser atendidas, em cada caso, deve ser encaminhada à referida Comissão para que esta se entrose com as autoridades no sentido de oferecer subsídios ao programa de ampliação de prédios e de novas construções.

Não são consideradas medidas adequadas, por não oferecerem condições de rendimento correspondente, o aproveitamento como salas de aula de corredores, de locais sem ventilação ou sujeitos a chuvas, sol excessivo etc.

h) Nas escolas em regime de 2 turnos em que, depois de constituídas as turmas, se verifique a necessidade de aumentar o número de matrículas até 20% deve-se em vez de passar ao regime de 3 turnos, instituir o sistema de rodízio.

...ooo...

E
EVOLUÇÃO DA ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA NO BRASIL

TAXAS MÉDIAS TÍPICAS DE PROGRESSÃO DA MATRÍCULA OU FLUXO *

ESTADO	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	APROVAÇÕES	
	Série	Série	Série	Série	Série	Série	4ª Série	4ª 5ª 6ª S
1. BRASIL	44.44	76.83	71.97	37.85	16.73	-	81.93	78.21
2. RO	30.31	73.52	61.58	40.96	-	-	61.64	66.40
3. AC	28.02	72.61	72.82	28.54	-	-	72.87	70.08
4. AM	24.75	64.89	72.25	69.16	-	-	84.47	85.92
5. RR	38.08	78.06	68.02	50.25	-	-	74.41	79.50
6. PA	29.97	74.89	68.21	84.02	1.50	-	76.62	79.08
7. AP	26.36	92.13	76.55	70.30	-	-	83.46	86.64
8. MA	33.17	58.66	64.73	56.16	0.01	-	72.46	75.27
9. PI	23.18	56.14	63.65	60.23	5.20	-	80.25	81.49
10. CE	20.10	58.78	63.24	62.77	1.00	-	84.21	83.86
11. RN	30.91	65.45	59.62	81.59	2.54	-	71.20	72.89
12. PB	24.36	72.51	59.52	39.05	3.59	-	72.61	72.31
13. PE	27.33	71.52	71.13	68.37	10.21	-	85.91	86.03
14. AL	22.53	65.55	61.57	12.08	1.77	-	78.39	78.34
15. SE	19.36	60.82	63.53	1.31	-	-	80.46	80.46
16. BA	30.05	66.09	61.52	63.36	7.01	-	74.28	77.74
17. MG	45.63	77.62	61.22	19.62	1.60	-	86.55	84.41
18. ES	39.78	77.89	70.35	31.80	-	-	82.81	82.68
19. RJ	41.38	82.73	73.09	60.47	12.16	-	89.88	90.65
20. GB	75.60	80.82	92.55	97.95	55.38	-
21. SP	80.12	78.58	76.66	18.53	2.00	-	94.02	93.51
22. PR	45.93	81.58	70.31	5.26	5.20	-	89.41	89.30
23. SC	50.17	76.32	69.65	30.04	3.63	-	86.19	85.57
24. RS	50.88	87.67	79.81	65.58	7.04	-	69.41	72.29
25. MT	32.96	63.78	73.87	32.96	2.28	-	82.53	80.33
26. GO	35.41	71.09	67.97	32.11	2.19	-	81.39	79.59
27. DF	73.75	92.31	89.66	86.60	11.22	-	76.82	77.26

* Cálculos baseados nos dados dos últimos cinco anos. 1961 a 1965

Isabelle Deblé

EVOLUÇÃO DA ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA NO BRASIL

MÉDIAS TÍPICAS DE PROGRESSÃO DA MATRÍCULA OU FLUXO *

ESTADO	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	APROVAÇÕES	
	Série	Série	Série	Série	Série	Série	4ª Série	4ª 5ª 6ª S
1. BRASIL	1.000	445	342	246	93	16	202	278
2. RO	1.000	303	223	138	57	-	85	130
3. AC	1.000	281	204	149	43	-	109	135
4. AM	1.000	248	161	117	81	-	99	170
5. RR	1.000	381	298	203	102	-	151	243
6. PA	1.000	300	225	154	130	2	118	227
7. AP	1.000	264	244	187	132	-	156	227
8. MA	1.000	332	195	126	71	0	92	148
9. PI	1.000	232	130	83	50	3	67	111
10. CE	1.000	201	119	75	47	0	64	103
11. RN	1.000	310	203	121	99	3	87	163
12. PB	1.000	244	177	106	42	2	77	109
13. PE	1.000	274	196	140	96	10	121	212
14. AL	1.000	226	149	92	12	0	72	82
15. SE	1.000	194	118	75	1	-	61	62
16. BA	1.000	301	199	123	78	6	92	158
17. MG	1.000	457	355	218	43	1	189	222
18. ES	1.000	398	310	218	70	-	181	239
19. RJ	1.000	414	343	251	152	19	226	383
20. GB	1.000	756	611	566	555	308
21. SP	1.000	801	630	483	90	2	454	538
22. PR	1.000	460	376	265	14	0	237	250
23. SC	1.000	502	384	268	81	3	231	302
24. RS	1.000	509	447	357	234	17	248	440
25. MT	1.000	330	211	156	52	1	129	168
26. GO	1.000	355	253	172	56	1	140	183
27. DF	1.000	738	682	612	530	60	471	929

* Cálculos baseados nos dados dos últimos cinco anos.

Tabelle Deblé

ENSINO PRIMÁRIO COMUM

TAXAS DE PROGRESSÃO DA MATRÍCULA
BRASIL

ESPECIFICAÇÃO	DA 1ª PARA A 2ª SÉRIE %	DA 2ª PARA A 3ª SÉRIE %	DA 3ª PARA A 4ª SÉRIE %	DA 4ª PARA A 5ª SÉRIE %	DA 5ª PARA A 6ª SÉRIE %
1961 PARA 1962 ..	45,4	77,0	69,5	25,5	44,0
1962 " 1963 ...	45,4	75,4	73,7	42,1	24,8
1963 " 1964 ...	45,3	79,0	73,5	42,5	15,9
1964 " 1965 ...	42,2	75,9	71,1	39,3	14,1
SOMATÓRIO (MÉDIA)	44,5	76,8	72,0	37,4	16,5

CÁLCULOS PARA OBTENÇÃO DAS MÉDIAS TÍPICAS DE PROGRESSÃO:

SE CONSIDERARMOS 1000 MATRÍCULAS PARA A 1ª SÉRIE TEREMOS 44,5 %, OU SEJA 445 MATRÍCULAS NA 2ª SÉRIE. SEGUINDO O MESMO RACIOCÍNIO PARA AS MATRÍCULAS DAS OUTRAS SÉRIES, ASSIM COMO:

2ª SÉRIE = 44,5 DE 1000 = 445
 3ª " = 76,8 " 445 = 342
 4ª " = 72,0 " 342 = 246
 5ª " = 37,4 " 246 = 93
 6ª " = 16,5 " 93 = 16

FONTE: SEEC

INEP / SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

RIO, 11/9/1969.

Luiz Antônio de Carvalho

TÉCNICA ESTATÍSTICA A SER EMPREGADA NA PESQUISA SOBRE FATORES QUE INFLUEM
NO REEDIMENTO DO 1º ANO PRIMÁRIO

Para medir a influência da prova de exame e do critério de promoção, o INEP planejará uma prova, denominada no que se segue "Prova B", que mede, por meio de questões adequadas à capacidade infantil, o que se deve esperar de uma criança de 1º ano. Os resultados dessa prova serão comparados aos de outra, denominada no que se segue "Prova A", que é realizada pelas escolas para fins de promoção.

A influência dos demais fatores (exigências dos programas, carga horária disponível, preparo do professor, métodos de alfabetização, mudança de professor durante o ano) será estudada pela análise dos resultados da prova B.

1. AMOSTRA

1.1 - A unidade de amostra é o aluno ao qual serão associados os seguintes elementos:

- a) nota de matemática na prova A do INEP *X demais variáveis*
- b) idem, na prova B
- c) nota de linguagem na prova A do INEP *X demais variáveis*
- d) idem, na prova B
- e) se reprovado, qual a matéria em que houve a reprovação.

1.2 - Para a dificuldade da escolha aleatória do aluno, e a variação relativamente reduzida do número de alunos por turmas em cada escola, foi programada uma amostra em conglomerado, considerando-se cada conglomerado como uma escola.

Sendo n o número de alunos que devem participar dessa amostra, serão escolhidos aleatoriamente n' conglomerados de modo que n' se total n' contenha aproximadamente o número n de alunos da amostra.

2. ANÁLISE ESTATÍSTICA

2.1 - Verificar se há diferença significativa entre as taxas de reprovação obtidas com a prova A, usada pela escola, e a prova B, proposta pelo INEP. Se houver tal diferença (1), ficará provada a influência dos padrões desafiando ambiciosos de promoção.

2.2 - Verificar, então, a influência sobre os resultados da prova B dos seguintes fatores, já citados, associados às turmas:

- carga horária disponível
- preparação do professor
- método de alfabetização
- cartilha ou pré-livro utilizado
- mudança de professor durante o ano
- classificação dos alunos (novos, repetentes, analfabetos, iniciados, alfabetizados)
- tipos de exigências dos programas de Linguagem e Matemática

3. MÉTODOS ESTATÍSTICOS

3.1 - Para a amostra

Não se conhecendo "a priori" a variabilidade do Universo, será realizada uma "amostra piloto" corrigindo-se o tamanho, se necessário, para a obtenção de um erro permissível inferior a 10%.

(1) A prova do INEP apresentando melhores índices de aprovação.

3.2 - Para a Análise Estatística

Sendo aconselhável a realização da pesquisa em equipamento mecanizado, a análise será feita com uma "equação de regressão linear múltipla" segundo o processo indicado em:

- Applied Multiple Linear Regression de R.A.
- Bottenberg e M. Ward - publicação de Lackland Air Force Base, Texas, E.U.A.

Em linhas gerais o processo é o seguinte:

Seja y_A o vetor de notas segundo a prova A e y_B segundo a prova B.

A primeira análise consiste em verificar se há diferença significativa entre os elementos de y_A e y_B .

A segunda análise consiste em definir o modelo:

$$y_B = b_1 x_1 + b_2 x_2 + \dots + b_n x_n + z_B \quad (I)$$

onde x_1, x_2, \dots, x_n representam os fatores definidos em 3.2 e z_B é o erro.

No Modelo (I) são feitas as hipóteses sobre a existência dos coeficientes b_1, b_2, \dots, b_n , do que resulta o modelo final da pesquisa, o qual fica definido apenas em função dos fatores que realmente influem na nota.

Na definição dos vetores x_1, x_2, \dots, x_n inclui-se também a definição de vetores obtidos por produtos diretos do tipo (x_i, x_j) através dos quais se estuda a interação dos fatores definidos em 2.2, isto é, a dependência funcional de dois fatores. Esse critério poderá também ser estendido a três ou mais fatores, de modo a eliminar aquelas que apareçam apenas como uma consequência da ocorrência de outras. Nesse modo, o modelo (I) fica previamente aliviado de alguns vetores antes dos testes de hipóteses acima previstos.